

Acta n.º 4/2010, do Conselho Pedagógico da ESHTE

Aos dezanove dia do mês de Maio do ano de dois mil e dez, pelas 11H00, reuniu-se, na sala 1.07 da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE), o Conselho Pedagógico da ESHTE, em reunião extraordinária, convocada nos termos regulamentares e presidida pela sua Presidente Prof. Doutora Manuela Guerra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e votação do Parecer elaborado pela Comissão nomeada pelo C.P. na passada reunião extraordinária de 18 de Março de 2010 para a análise do processo referente à reclamação apresentada pelo representante dos alunos do curso de DGH diurno, relativo à forma de ensino ministrado pelo docente de Técnicas Financeiras.
2. Análise do Parecer emitido em conjunto pelo Director de Curso de GLAT e o Coordenador de Área Científica de Planeamento e Turismo referente à averiguação relativa à disciplina de Artes e Espectáculos
3. Análise da proposta provisória de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) emitida pelo Sr. Presidente da ESHTE
4. Análise da proposta de regulamento para creditação de formações anteriormente obtidas
5. Identificação de áreas nas Instalações da Eshte com deficiências de higiene (casas de banho do piso da biblioteca e as do bar convívio)
6. Programa Erasmus - Discussão relativa ao processo de avaliação/equivalências de disciplinas realizadas ao abrigo daquele programa
7. Outros assuntos.

Estiveram presentes, a sua Presidente, Doutora Manuela Guerra (MG), o Vice-Presidente, Mestre Pedro Moita (PM) e os representantes dos docentes da ESHTE, Augusto Correia (AC), Teresa Costa (TC), Helena Patação (HP), Luís Miguel Torres Marques (MTM), Mário Dinis da Silva (MS), Paulo Figueiredo (PF), Maria José Pereira Pires (Provedora do Estudante) e os representantes dos estudantes, Nuno Ramos (NR), Caetana da Silva (CS), Filipe Silva (FS), Inês Ladislau (IL), Vasco Santos (VS) e Elisabete Castro (EC).

Não estiveram presentes, a docente Isabel Baptista (IB) substituindo-a o seu suplente, João Leitão (JL) o docente Rodolfo Lopes (RL), que justificou a sua ausência, e os representantes dos alunos, Vanessa Pereira (VP), que justificou a sua ausência, e Filipe Silva e Paulo Nóbrega (Presidente da Associação dos Estudantes).

Tendo verificado a existência de quórum deliberativo, a Presidente do Conselho Pedagógico da ESHTe declarou aberta a reunião.

Antes de passar à discussão do ponto número um da ordem de trabalhos, a Presidente do Conselho Pedagógico da ESHTe informou o plenário que na sequência da deliberação tomada nesse sentido na última reunião do Conselho Pedagógico, levou ao Conselho Técnico-Científico da ESHTe uma proposta de alteração ao Regulamento de Estudos da ESHTe, a qual foi aprovada por aquele órgão. De seguida, explicou de forma sintética as principais alterações introduzidas àquele Regulamento.

A Doutora Helena Patação a este propósito indicou que a Chefe de Divisão dos Serviços Académicos da ESHTe a tinha informado que as alterações àquele regulamento ainda não estavam em vigor, razão pela qual solicitava à Presidente do Pedagógico que no mais curto espaço de tempo possível procurasse saber o que seria necessário para que o novo regulamento produza efeito.

De seguida, o Dr. Miguel Torres Marques informou os presentes que na passada semana tinha sido publicado em Diário da República uma alteração ao Estatuto da Carreira do Ensino Superior Politécnico, que introduziu algumas alterações àquele regime, em particular no que respeita ao regime transitório dos docentes para o novo regime de contratação pública, questão que será abordada em maior detalhe na próxima reunião geral de professores, manifestando a sua disponibilidade para enviar o diploma por e-mail aos docentes que estejam interessados.

Entrou-se de seguida no ponto número um da ordem de trabalhos, tendo a Presidente do Conselho Pedagógico solicitado à Comissão encarregue de analisar a reclamação apresentada pelo representante dos alunos do curso de DGH diurno, relativo à forma de ensino ministrado pelo docente de Técnicas Financeiras, o favor de sintetizar os resultados do seu trabalho.

O Dr. Pedro Moita mencionou que a Comissão achou por bem reunir mais informação e por isso ter sugerido o envio ao Coordenador da Área Científica – Dr. João Pronto, de um pedido para analisar um conjunto de elementos entregues pelos alunos relativos a exercícios realizados nas aulas e enviados pelo docente, e para verificar se os critérios utilizados pelo docente de Técnicas Financeiras na correcção das frequências e exames. De seguida, usou da palavra o Dr. Miguel Torres Marques, que informou o plenário sobre os procedimentos e as metodologias utilizadas pela Comissão Paritária para analisar a reclamação apresentada contra o docente de técnicas financeiras e para ouvir as partes envolvidas.

Aquele docente informou ainda o plenário, que nas audições das partes envolvidas na reclamação estiveram sempre presentes os docentes e discentes que integraram a Comissão Paritária e que todos tiveram ocasião de se pronunciar em todas as fases do processo, tendo o relatório da Comissão Paritária sido aprovado por todos os seus membros.

A Presidente do Conselho Pedagógico explicou aos conselheiros os princípios e objectivos que estiveram por detrás da criação da Comissão Paritária, nomeadamente o facto dos membros da Comissão terem sido escolhidos pelo facto de serem eles os representantes eleitos para o Conselho Pedagógico pelo curso de Direcção e Gestão Hoteleira e ainda o facto de a Comissão ter sido nomeada por unanimidade dos membros do Conselho Pedagógico na reunião anterior.

A Prof. Doutora Helena Patação referiu que dado o melindre da situação e as consequências que podem advir da mesma que necessita de mais tempo para reflectir sobre o relatório elaborado pela Comissão Paritária pois só teve conhecimento do relatório no início da reunião, não se considerando por isso, em condições de tomar decisões ser ter o tempo necessário para as amadurecer.

A Presidente do Conselho Pedagógico agradeceu aos membros da Comissão Paritária pelo seu trabalho e por não terem pedido escusa do mandato que lhes foi atribuído pelo Conselho Pedagógico, que entende que houve circunstâncias que impediram que o relatório tivesse chegado aos conselheiros apenas no próprio dia da reunião e que entende as razões invocadas pela colega Helena Patação.

Vários membros manifestaram o seu entendimento em como a Comissão tinha como missão reunir factos e não produzir juízos de valor pelo que após a leitura do relatório o Conselho estaria em condições de deliberar sobre o assunto.

A Presidente do Conselho Pedagógico deu então 15 minutos para os conselheiros lerem o relatório elaborado pela Comissão Paritária.

Passado que foi o tempo dado pela Presidente do Conselho Pedagógico da ESHTE, os trabalhos foram retomados

No seguimento da discussão gerada pelos membros presentes em plenário, o Dr. Miguel Torres Marques apresentou uma proposta ao Conselho de ser enviada a carta ao Coordenador da Área Científica para ele esclarecer as dúvidas levantadas no relatório da Comissão Paritária e expressas na carta proposta, nomeadamente dúvidas de natureza técnico-científica, aguardar a resposta em tempo útil e só depois se pronunciar em definitivo sobre a queixa apresentada pelos alunos.

Posta à votação a proposta apresentada pelo Dr. Miguel Torres Marques pela Presidente do Conselho Pedagógico foi a mesma aprovada pela totalidade dos membros presentes e, em consequência, será

enviada a carta ao Coordenador da Área Científica, aguardar a resposta e só depois deliberar sobre a queixa.

Passou-se de imediato ao ponto número dois da ordem de trabalho, tendo a Presidente dado a palavra ao representante dos queixosos e também membro eleito pelos discentes para o Conselho Pedagógico pelo curso de GLAT.

O aluno em questão informou o Conselho que apesar de no essencial concordar com o teor da deliberação tomada sobre o assunto pelo Director de Curso e pelo Coordenador da Área Científica não pode deixar de registar o facto de que ao contrário do que aconteceu na Comissão Paritária criada para o assunto do curso de DGH, que neste caso os alunos não foram ouvidos nem pelo Director de Curso, nem pelo Coordenador da Área Científica, nem tomaram parte no processo de tomada de decisão.

A Presidente do Conselho Pedagógico referiu que nesta matéria e noutras semelhantes que venham a ser submetidas à apreciação do Conselho este deve ter uma atitude conciliatória e pedagógica de forma a evitar que os comportamentos que deram origem às reclamações não voltem a ser praticados, tomando as atitudes necessárias para garantir que tal objectivo seja passível de ser alcançado.

Referiu ainda que no futuro seja recomendado às partes envolvidas que os alunos sejam não só ouvidos como possam participar no processo decisório em paridade com os docentes.

Passou-se de seguida ao ponto número três da ordem de trabalhos, tendo o Dr. Miguel Torres Marques pedido de imediato a palavra para fazer um ponto prévio à discussão sobre este ponto da ordem de trabalhos.

Referiu então o Dr. Miguel Torres Marques que o projecto de Regulamento de Avaliação dos Docentes da ESHTE distribuídos com a convocatória da reunião e que foi distribuído pelo Presidente da ESHTE na última reunião do Conselho Técnico-Científico já se encontra ultrapassado em virtude das alterações que o mesmo sofreu na sequência das reuniões que tiveram lugar com os sindicatos, pelo que entendia ser prematuro a discussão de um regulamento que está muito longe do produto final, propondo que este ponto fosse adiado e retomado em posterior reunião.

Tendo esta proposta sido colocada á votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

A Presidente do Conselho Pedagógico pediu então ao Dr. Miguel Torres Marques, que assim que fosse possível, fosse enviado novo projecto de regulamento de avaliação ao Conselho Pedagógico.

Passou-se de imediato ao ponto número quatro da ordem de trabalhos, tendo a Presidente informado os conselheiros que o regulamento em questão abordava as regras relativas à creditação de competências da ESHTE, o qual tinha sido incorrectamente aprovado em Conselho Técnico Científico

e que depois se tinha chegado à conclusão que a competência para o aprovar era do Presidente da ESHTE, ouvido o Conselho Pedagógico.

O Dr. Miguel Torres Marques, sobre esta matéria referiu que tanto os directores de curso como o Presidente do Conselho Técnico-Científico e ainda os serviços académicos da Escola estiveram envolvidos na sua elaboração.

Tendo o mesmo sido sujeito a votação foi aprovado por unanimidade dos conselheiros presentes.

Entrando no ponto número cinco da ordem de trabalhos a Presidente do Conselho leu a carta escrita por alguns alunos sobre deficientes condições de higiene e limpeza das instalações sanitárias do Centro Escolar do Estoril.

O Vice-Presidente da Escola, presente na reunião, prontificou-se a tratar do assunto com o Turismo de Portugal, uma vez que as instalações pertencem-lhes e a limpeza das instalações sanitárias em questão é uma competência do Turismo de Portugal e não da ESHTE, mas que iria procurar falar com a Administradora do Centro Escolar no sentido do problema ser resolvido no mais curto de espaço de tempo possível.

A Presidente referiu que o Conselho iria enviar ao Presidente a carta e pedir-lhe para tomar providências para a resolução do problema.

Entrando no ponto número seis, relativo ao processo de avaliação/equivalências de disciplinas realizadas ao abrigo do programa Erasmus, devido a dificuldade e morosidade na obtenção de decisões em tempo útil, a Presidente informou que a docente que coordena o Gabinete Erasmus, não obstante a grande dedicação e empenho na resolução do problema está a trabalhar sozinha e não consegue dar conta do recado em tempo útil.

Sobre esta matéria o Dr. Miguel Torres Marques, informou os restantes conselheiros que sem prejuízo do referido pela Presidente do Pedagógico ser verdade, que o principal factor que contribuiu para o atraso verificado, se tinha ficado a dever ao deficiente regulamento que vigorava na ESHTE sobre o assunto, tendo informado os presentes que o Presidente da ESHTE tinha aprovado na semana anterior um novo regulamento em que os constrangimentos administrativos verificados tinham sido ultrapassados. Informou ainda os presentes que a admissão de novas pessoas na Administração Pública foi congelada pelo Governo e que só em Junho, é que vão entrar na ESHTE quatro estagiários no âmbito do programa de estágios da Administração Pública e de que um desses estagiários irá desempenhar funções nas relações internacionais da ESHTE, factos que foram confirmados pelo Senhor Vice-Presidente da ESHTE.

Entrou-se por fim no último ponto da ordem de trabalhos relativo a outros assuntos.

A Presidente informou os conselheiros que tinha sido apresentada uma queixa pela representante do Curso de DGH por não ter sido atendido o pedido de alteração da data dos exames do 2.º semestre.

A Presidente informou ainda os conselheiros que informalmente tinha falado com a Dra. Manuela Costa, e que esta a informou que era impossível aceitar o proposto pelos alunos, devido ao facto das línguas estrangeiras por implicarem a realização de orais terem de ser na primeira semana.

O representante de GLAT referiu que, sendo este o primeiro ano em que os alunos podem influenciar o calendário dos exames, é estranho que, no seu entender, este tenha sido o pior calendário desde que ele estuda na ESHTe.

Em contra ciclo a aluna que representa o Curso de PAR referiu que as alterações propostas pelos alunos tinham sido aceites e que tudo correu bem.

Ainda sobre este assunto a Prof. Doutora Helena Patação referiu que enquanto directora do curso de GT participou na elaboração do calendário e que o problema é sempre o mesmo e prende-se com a prioridade que é dada às línguas.

A Presidente do Conselho Pedagógico informou ainda os presentes que a comissão nomeada para o efeito (constituída por Dra. Teresa Costa, Eng. Pedro Moita, David Carvalho e Filipe Silva) elaborou um conjunto de recomendações que visam obviar problemas anteriormente elencados, pelos alunos, em sede de Conselho Pedagógico. Tais recomendações serão submetidas à aprovação do Presidente da ESHTe, após o que serão enviadas aos Directores de Curso e Coordenadores de área Científica, para divulgação junto dos docentes, e aos representantes dos alunos.

A aluna Caetana informou ainda o Conselho que durante uma actividade externa no âmbito de uma disciplina com carácter obrigatório da ESHTe, os carros dos alunos foram assaltados e pretende saber se a ESHTe pretende ou não assumir a responsabilidade pela indemnização dos alunos.

Sobre esta matéria o Vice-Presidente da ESHTe referiu que ninguém obrigou os alunos a utilizar os seus próprios carros, que ninguém comunicou à Presidência a necessidade de assegurar o transporte dos alunos, pelo que se trata de um caso de polícia.

Para terminar, a Presidente propôs que na sequência da reunião fosse dado conhecimento ao Presidente da ESHTe das deliberações tomadas e que implicam uma decisão sua

Após esta intervenção, a Presidente deu por terminados os trabalhos, e para que conste mandou lavrar a presente acta que, depois de lida por todos irá ser assinada e irá ser assinada pela Presidente do Conselho Pedagógico e por mim que a secretariei a título excepcional.

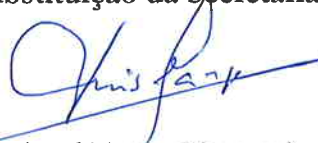
Estoril, 18 de Maio de 2010

A Presidente do Conselho Pedagógico da ESHTe



(Professora Doutora Maria Manuela Mendes Guerra)

Em substituição da Secretária



(Dr. Miguel Torres Marques)